



Estado de Mato Grosso do Sul
Câmara Municipal de Porto Murtinho
PARECER

Processo nº 029/2022

Mesa Diretora do Poder Legislativo Municipal

Projeto de Lei Complementar nº 007, de 20 Julho de 2022.

Autoria: Poder Executivo

Projeto de Lei Complementar. Manifestação Legislativa. Institui o Programa Especial de Parcelamento Incentivado, para empresas e pessoas físicas – PEPI no Município de Porto Murtinho, Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Requisitos legais. Constitucionalidade solicitada no parecer jurídico.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores encaminha para deliberação dos Pares, projeto de Lei Complementar do Poder Executivo cuja ementa dispõe sobre: “*Institui o Programa Especial de Parcelamento Incentivado, para empresas e pessoas físicas – PEPI no Município de Porto Murtinho, Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências*”.

No Projeto de Lei Complementar em testilha tem como objetivo de mitigar os efeitos da pandemia do coronavírus, nos anos de 2020 e 2021, bem como, da guerra entre Rússia e Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022, beneficiando aqueles que tem dívidas com o Município decorrentes de débitos tributários e não tributários, constituídos ou não, abarcando inclusive os inscritos em dívida ativa, promovendo a isenção ou a redução das multas e juros, possibilitando o parcelamento dessas dívidas, além de prorrogar as parcelas a vencer nos próximos três meses.

Em síntese, é o relatório.

Rua Dr. Costa Marques, 400 – Centro – Caixa Postal 12 – CEP 79.280-000 - PORTO MURTINHO – MS.
Fone/Fax: (67) 3287-1277 – E-mail: camara-murtinho@hotmail.com

Daiva



Estado de Mato Grosso do Sul
Câmara Municipal de Porto Murtinho

Por dever de ofício, cabe a Assessoria Jurídica a emissão de parecer quanto à juridicidade e constitucionalidade do Projeto de Lei, e, se necessário, sugerir sua adequação com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, que estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Se nos afigura que a matéria constante do Projeto de Lei em comento não atrai para si infringência de ordem constitucional e de juridicidade. Conforme dispõe a Lei Orgânica Municipal, na Seção VI, Subseção II, ênfase para o inciso IV do Art. 48, vejamos:

"Art. 48 – São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

I – criação, extinção ou transformação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica;

II – fixação ou aumento de remuneração dos servidores;

III – regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria dos servidores;

IV – matéria tributária e orçamentária, organização administrativa e serviços públicos;

V – criação, estruturação e atribuições de órgãos da administração pública municipal;

VI – concessão de subvenção ou auxílio, ou que, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública ou diminuam a receita;

VII – matéria típica de administração, dependente de autorização legislativa."

A constitucionalidade do projeto de Lei Complementar não se questiona. Em relação a parte Contábil, a renúncia de receita será contabilizada no momento da aprovação do Projeto de Lei. Além disso, a renúncia de receita consta no Anexo da LDO.

O estudo de receita foi apresentado e deverá estar previsto no Orçamento se não for arrecadada a previsão, e caso ocorra constará como redução da receita a conta com dígito de início "9", e será contabilizada quando e se ocorrer. A protelação de prazo, sendo autorizada, não caracteriza renúncia, mas um novo prazo de recolhimento.

Nestes termos, não há óbice na tramitação da matéria.

Porto



Estado de Mato Grosso do Sul
Câmara Municipal de Porto Murtinho

Nesse sentido, considerando o exposto, opino pela LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE do Projeto de Lei Complementar nº 002/2021.

É o singelo parecer que submetemos a apreciação das comissões parlamentares.

Porto Murtinho - MS, 29 de Julho de 2022.

Katiana Alves Corrêa
OAB/MS nº 22.788.
Diretora Jurídica